

**APORTES METODOLÓGICOS PARA LEVANTAMENTO E
SISTEMATIZAÇÃO DAS AÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS E
SOCIOTERRITORIAIS AGRÁRIOS NO BRASIL (2020-2022)**

***APORTES METODOLÓGICOS PARA EL REVESTIMIENTO Y SISTEMATIZACIÓN
DE LAS ACCIONES DE LOS MOVIMIENTOS AGRARIOS SOCIOESPACIALES Y
SOCIOTERRITORIALES EN BRASIL (2020-2022)***

***METHODOLOGICAL CONTRIBUTIONS FOR SURVEYING AND SYSTEMATIZING
THE ACTIONS OF SOCIO-SPATIAL AND SOCIO-TERRITORIAL AGRARIAN
MOVEMENTS IN BRAZIL (2020-2022)***



Wuelliton Felipe Peres LIMA¹
e-mail: wuelliton.peres@unesp.br



Joana Tereza Vaz de MOURA²
e-mail: joanatereza@gmail.com



Fernando Freitas de ALMEIDA³
e-mail: fernando.f.almeida@unesp.br

Como referenciar este artigo:

LIMA, W. F. P; MOURA, J. T. V. de.; ALMEIDA, F. F. de. Aportes metodológicos para levantamento e sistematização das ações dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais agrários no Brasil (2020-2022). **Revista Formação (Online)**, v. 32, Edição Especial 1, e025103, 2025. DOI: 10.33081/33e025103



- | Submetido em: 26/02/2024
- | Revisões requeridas em: 23/10/2024
- | Aprovado em: 06/05/2025
- | Publicado em: 09/07/2025

Editores: Prof. Dra. Danielle Cardozo Frasca Teixeira
Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano

Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente – SP – Brasil. Licenciado e Bacharel em Geografia e Mestrando em Geografia na Universidade Estadual Paulista (UNESP).

² Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal – RN – Brasil. Doutora em Ciência Política. Atualmente é professora do Instituto de Políticas Públicas Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

³ Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente – SP – Brasil. Doutorando em Geografia. Universidade Estadual Paulista (UNESP).

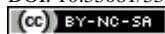
RESUMO: Este artigo tem como objetivo apresentar as metodologias e os resultados das pesquisas desenvolvidas pela Rede Brasileira de Pesquisadores das Lutas por Espaços e Territórios (REDE DATALUTA), no projeto “Movimentos Socioterritoriais em Perspectiva Comparada”. No âmbito deste projeto, temos trabalhado com as ações dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais agrários desde 2020, a partir do levantamento e sistematização de dados coletados pela ferramenta do Google Alerts. As ações são categorizadas num processo constante de reflexão e aprimoramento metodológico. Atualmente, contamos com 11 ações matrizes e 55 derivadas para compreender as atuações dos movimentos em suas mais diversas estratégias de enfrentamento ao avanço do capital no espaço/território. Nesse processo, utilizamos a perspectiva crítica a partir de referenciais construídos por pesquisadores da América Latina, buscando contribuir com o pensamento decolonial. No acompanhamento da pesquisa, verificamos a atuação de 223 movimentos entre os anos de 2020 e 2022, com centralidade para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), atuando em todo o território nacional, tendo como principais ações a Arrecadação de Recursos e Execução de Serviços, ações Comunicativas e, também, ações relacionadas a Ocupações de Terra.

PALAVRAS-CHAVE: Rede DataLuta. DataLuta Agrário. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

RESUMEN: *Este artículo tiene como objetivo presentar las metodologías y resultados de la investigación desarrollada por la Red Brasileña de Investigadores de Luchas por Espacios y Territorios (REDE DATALUTA), en el proyecto “Movimientos Socioterritoriales en Perspectiva Comparada”. En el ámbito de este proyecto, trabajamos con las acciones de los movimientos agrarios socioespaciales y socioterritoriales desde 2020, a partir del levantamiento y sistematización de datos recopilados por la herramienta Google Alerts. Las acciones se categorizan en un constante proceso de reflexión y mejora metodológica. Actualmente contamos con 11 acciones matriciales y 55 derivadas para comprender el accionar de los movimientos en sus más diversas estrategias para combatir el avance de capitales en espacio/territorio. En este proceso utilizamos una perspectiva crítica basada en referentes construidos por investigadores de América Latina, buscando contribuir al pensamiento decolonial. En el seguimiento de la investigación, verificamos las actividades de 223 movimientos entre los años 2020 y 2022, con enfoque en el Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST), que operan en todo el territorio nacional, siendo las principales acciones la Recaudación de Recursos y Ejecución de Servicios, Acciones comunicativas y también acciones relacionadas con Ocupaciones de Tierras.*

PALABRAS CLAVE: *Rede Dataluta. Dataluta Agrario. Movimiento de los Trajadores Rurales Sien Tierra.*

ABSTRACT: *This article aims to present the methodologies and results of research developed by the Brazilian Network of Researchers of Struggles for Spaces and Territories (REDE DATALUTA), in the project “Socioterritorial Movements in Comparative Perspective”. Within the scope of this project, we have been working with the actions of socio-spatial and socio-territorial agrarian movements since 2020, based on the survey and systematization of data collected by the Google Alerts tool. Actions are categorized in a constant process of reflection and methodological improvement. Currently, we have 11 matrix actions and 55 derivatives to understand the actions of movements in their most diverse strategies to combat the advance of capital in space/territory. In this process, we use a critical perspective based on references constructed by researchers from Latin America, seeking to contribute to decolonial thinking. In*



monitoring the research, we verified the activities of 223 movements between the years 2020 and 2022, with a focus on the Landless Rural Workers Movement (MST), operating throughout the national territory, with the main actions being Resource Collection and Execution. of Services, Communicative actions and also actions related to Land Occupations.

KEYWORDS: Dataluta Network. Dataluta Agrarian. Landless Worker's Movement.



Introdução

O Banco de Dados das Lutas por Espaços e Territórios (DATALUTA) foi criado em 1998⁴, no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente - SP. O Banco de Dados é gerenciado pelos pesquisadores e pesquisadoras vinculados à Rede Brasileira de Pesquisadores das Lutas por Espaços e Territórios (REDE DATALUTA), um coletivo de pensamento que abrange 23 grupos de pesquisas nacionais e internacionais.

Desde 2020, com a aprovação do Projeto CAPES Print “Movimentos socioterritoriais em Perspectiva Comparada”, pesquisamos as ações dos movimentos em quatro espaços: água, agrário, floresta e urbano. Para cada um desses espaços, contamos com equipes de levantamento e sistematização de dados. Para este artigo, trabalhamos somente com as informações produzidas no âmbito do DATALUTA Agrário. A partir do banco de dados, publicamos os relatórios referentes a essa pesquisa. Atualmente, estamos construindo os relatórios de 2021, 2022, 2023 e 2024 e pretendemos lançá-los ainda neste primeiro semestre do ano de 2025. Esses relatórios refletem todo o trabalho desenvolvido pela equipe, apresentando a metodologia utilizada, a análise de conjuntura e todos os produtos, como quadros, pranchas e mapas, tabelas e gráficos.

Desse aprendizado acumulado desde 2020, buscamos aprimorar os procedimentos metodológicos, o método e a produção do conhecimento relacionada às ações dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais atuantes no campo. Com o presente artigo, apresentaremos as metodologias desenvolvidas no âmbito do Banco de Dados das Lutas por Espaços e Territórios (DATALUTA) Agrário para o levantamento e a sistematização das ações dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais do campo em escala nacional, com dados de 2020 a 2022, realizando, também, uma análise nacional das ações desses movimentos, representadas em quadros, mapas e gráficos.

Ressaltamos também que trabalhamos dentro da perspectiva crítica de leitura da realidade e, portanto, utilizamos referenciais teóricos que possibilitem compreender as dinâmicas dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais nos contextos específicos em que são vivenciados. Mobilizamos autores da própria Rede DATALUTA (Lima *et al.*, 2025; Fernandes; Sobreiro Filho, 2023; Pedon, 2009; Almeida; Santos; Baratelli, 2023; Moura,

⁴Na sua criação, o nome original era Banco de Dados da Luta pela Terra. A mudança do nome aconteceu no XVI Encontro Nacional da REDE DATALUTA, em 2022, pelo fato do Banco de Dados passar a conter dados de lutas por diversos espaços e territórios, abrangendo o espaço agrário, águas, floresta e urbano desde 2020.



Freitas; Araújo, 2024; Machado; Jorge; Fernandes, 2022) assim como outros pesquisadores que utilizam lentes analíticas decoloniais e críticas, especialmente autores latino-americanos (Porto-Gonçalves, 2003; Svampa, 2009).

O artigo está organizado em três partes, além desta introdução. No próximo item, apresentaremos os materiais e métodos utilizados para a pesquisa da Rede DATALUTA, especificamente no DATALUTA Agrário. No item dois, demonstramos os resultados da pesquisa, realizando uma análise da ação dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais atuantes no campo entre 2020 e 2022. Por fim, apresentamos as considerações finais do artigo.

Materiais e métodos

Os procedimentos de pesquisa utilizados na investigação do DATALUTA Agrário baseiam-se no levantamento, armazenamento, registro e sistematização de dados secundários, relacionados às ações dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais do campo. O levantamento dos dados é efetuado pela instrumentalização do serviço de busca do Google Alerts, com o cadastro de palavras-chave pré-definidas pelos pesquisadores e pesquisadoras referentes ao cenário das conflitualidades e disputas do campo. Como salienta Sobreiro Filho e Costa (2022, p. 2015): A “escolha das palavras-chave é definida coletivamente após uma ampla discussão sobre sua pertinência, partindo do princípio de identificar termos centrais no debate do espaço em questão [...].”.

As palavras-chave se constituem como o recurso de busca do *Google Alerts*, onde este realiza um monitoramento diário nas páginas de internet, sobretudo em jornais digitais, e nos retorna os resultados da pesquisa via e-mail, com diversos sites e publicações nas quais as palavras-chave cadastradas foram identificadas (Lima *et al.*, 2025). Atualmente, o DATALUTA Agrário utiliza um conjunto de 95 palavras-chave, como apresentamos no Quadro 1. É importante salientar que o processo de refinamento metodológico se encontra em constante movimento, sobretudo para acompanhar as transformações do campo brasileiro.



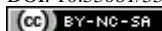
Quadro 1 – Palavras-chave utilizadas no levantamento de dados no DATALUTA Agrário

“Acampamento”, “Agroecologia”, “Agrofloresta”, “Assentamento”, “Agricultura Familiar”, “Camponês”. “Geraizeiros”, “Educação do Campo”, “Invasão de Terra”, “LGBT Sem Terra”, “Luta Pela Terra”, “Movimento dos Atingidos Pela Mineração (MAM)”, “Ocupação de Terra”, “Sem Terra”, “Agronegócio”, “Assentado”, “Campesinato”, “Faxinalense”, “Latifundiário”, “Latifúndio”, “Meeiros”, “Posseiros”, “Articulação Rosalino dos Povos e Comunidades Tradicionais”, “Caminho de Libertação dos Sem Terra”, “Coletivo LGBT Sem Terra”, “Comissão Pastoral da Terra”, “Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura”, “Conflitos por Terra”, “Cooperativa Terra Livre”, “Coordenação Estadual de Trabalhadores Assentados”, “Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas”, “Coordenação Nacional de Lutas”, “CPI do MST”, “Famflias Unidas do Vale do Vilhema”, “Federação da Agricultura Familiar”, “Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo”, “Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar”, “Feminismo Camponês Popular”, “Forum de Lutas por Terra, Direito e Cidadania”, “Fórum Social do Triângulo”, “Frente Brasil Popular”, “Frente de Trabalhadores Livres”, “Frente Nacional de Lutas”, “Frente Povo Sem Medo”, “Fruto da Terra”, “Fundo de Pasto”, “Insegurança Alimentar”, “Juventude Sem Terra”, “Liga Camponesa Corumbiara”, “Liga dos Camponezes Pobres”, “Liga Operária Camponesa”, “Marcha das Margaridas”, “Movimento Brasileiro dos Sem Terra”, “Movimento Brasileiro Unidos Querendo Terra”, “Movimento Camponês de Corumbiara”, “Movimento Camponês Popular”, “Movimento Conquistando Nossa Terra”, “Movimento de Apoio aos Trabalhadores Rurais”, “Movimento de Libertação dos Sem Terra de Luta”, “Movimento de Libertação dos Sem Terra”, “Movimento de Libertação dos Trabalhadores Rurais Sem Terra”, “Movimento de Luta Pela Terra”, “Movimento de Mulheres Agricultoras”, “Movimento de Mulheres Camponesas”, “Movimento Dois de Dezembro”, “Movimento dos Agricultores Sem Terra”, “Movimento dos Atingidos por Barragens”, “Movimento dos Camponezes de Rondônia”, “Movimentos dos Carentes Sem Terra”, “Movimento dos Conselhos Populares”, “Movimento dos Pequenos Agricultores”, “Movimento dos Sem Terra da Amazônia”, “Movimento dos Trabalhadores Brasileiros Sem Terra”, “Movimento dos Trabalhadores Desempregados”, “Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - da base”, “Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra”, “Movimento Geraizeiro Guardião do Cerrado”, “Movimento Luta Unida Pela Terra”, “Movimento Negro Unificado”, “Movimento Pacifico pela Terra”, “Movimento Popular dos Sem Terra”, “Movimento Popular Pela Reforma Agrária”, “Movimento Quilombola”, “Movimento Resistência Camponesa”, “Movimento Sem Terra Brasileiro”, “Movimento Sem Terra Nova Força”, “Movimento Sulmatogrossense da Agricultura Familiar”, “Movimento Terra Brasil”, “Movimento Terra, Trabalho e Liberdade”, “Mulheres Sem Terra”, “Reforma Agrária”, “Segurança Alimentar”, “Soberania Alimentar”, “Quilombola” e “Via Campesina”.

Fonte: Organização dos autores (2024). Adaptado de DATALUTA Agrário (2023).

Quando novos elementos são observados na realidade, é debatida a possibilidade de incorporação dos novos componentes nas palavras-chave do Google, visando o levantamento de dados relacionados à nova temática (Lima *et al.*, 2025). Segundo Fernandes e Sobreiro Filho (2023):

Nossa metodologia tem um conjunto de tecnologias, técnicas e procedimentos que criamos para identificar os movimentos, as outras instituições, as ações coletivas, a relação com os objetivos do desenvolvimento sustentável etc. Para viabilizar a participação de mais de oitenta pessoas de vinte e dois grupos de pesquisa de todas as regiões do Brasil, de mais de vinte pesquisadoras e pesquisadores trabalhando em outros países, contamos com o uso de tecnologias abertas ou de baixo custo. Nossa ponto de partida é a definição de palavras-chave que estão associadas às ações e aos movimentos. Utilizamos o Google Alerta como espaço de busca, onde cada palavra-chave é procurada em milhões de páginas e recebemos relatórios diários com diversas notícias



referentes às palavras-chave. Com dezenas de palavras-chave associadas às ações coletivas e aos movimentos, cada espaço (agrário, floresta, urbano e água) recebe em um único e-mail dezenas de relatórios diários com notícias, documentos e outros tipos de informações sobre as ações e movimentos. (Fernandes; Sobreiro Filho, 2023, p. 349).

Os e-mails recebidos do Google Alerts são lidos e selecionados pelos pesquisadores a partir de critérios básicos que contemplam os objetivos de nossa investigação, definidos em conjunto pela equipe do DATALUTA Agrário. Os critérios devem ser considerados em simultaneidade para seleção dos materiais, sendo eles informações fundamentais para contemplar as seguintes questões: Quem praticou a ação? Onde? Quando ela foi realizada? Logo, são considerados componentes como: presença de movimentos socioespaciais e socioterritoriais constituídos na realização das ações; informações do(s) município(s) onde a ação ocorreu; e, por fim, a data de realização da ação. Os movimentos socioespaciais e socioterritoriais constituídos são um debate recente no âmbito do DATALUTA Agrário. Ao discutirem os resultados gerais do projeto, Fernandes e Sobreiro Filho (2023) destacam:

Em todos os espaços tivemos um número maior de ações coletivas de movimentos em formação do que de ações coletivas de movimentos constituídos, ou seja, movimentos que possuem uma estrutura institucional com sede, **nome, forma de organização definida pelo conjunto das ações praticadas**. Ações coletivas de movimentos em formação são aquelas em que um grupo de pessoas se reúne para reivindicar ou propor alguma política, sem uma forma de organização ou nome ou outros elementos da estrutura institucional. (Fernandes; Sobreiro Filho, 2023, p. 349, grifo nosso).

Em relação ao(s) município(s) onde os movimentos socioespaciais e socioterritoriais realizaram a ação, consideramos essa informação fundamental para acompanhamento das conflitualidades em diversas escalas. O município representa a menor escala político-administrativa do Brasil, portanto, partindo dessa escala, podemos observar elementos quantitativos e qualitativos interessantes, como: Quais foram os municípios com maiores números de ações registradas? São municípios de relevância no contexto estadual-regional-nacional no debate da questão agrária? Quais os estados que concentram maiores números de registros por município? Dentre outras possibilidades. E, por fim, sobre a data da ação, consideramos somente ações já realizadas, desconsiderando ações futuras pela possibilidade de sua não efetivação por diversos fatores internos e externos aos movimentos.

Quando os materiais enviados pelo *Google Alerts* contemplam simultaneamente todos os critérios apresentados, eles são salvos em formato “.pdf” e armazenados no Google Drive da pesquisa do DATALUTA Agrário, separados em pastas divididas por ano e seus respectivos

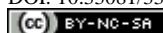


meses. Em seguida, as informações dos materiais são registradas em formulários online elaborados na plataforma do *JotForm*, tornando o processo mais ágil e automatizado. No *JotForm* são cadastradas diversas informações do interesse da pesquisa, como: localidade de realização da ação; tipo de ação praticada (matriz e derivada); movimentos socioespaciais e socioterritoriais envolvidos; instituições que participaram da ação; e, por fim, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) que se relacionam com a ação dos movimentos.

As ações matrizes realizadas pelos movimentos socioespaciais e socioterritoriais compreendem o eixo estruturante da pesquisa do DATALUTA Agrário. Assim, desde 2020, acompanhando todas as estratégias utilizadas pelos movimentos, temos debatido e sistematizado essas ações em um documento: o “Glossário dos Tipos de Ações Realizadas pelos Movimentos Socioterritoriais/Socioespaciais e outras Instituições - DATALUTA Agrário-jan/dez 2020-2022”. Nele, encontram-se todas as ações matrizes e derivadas utilizadas em nossa sistematização. Atualmente contamos com 11 ações matrizes e 55 derivadas que podem ser visualizadas no Quadro 2.

Quadro 2 – Ações matrizes e derivadas DATALUTA Agrário 2020-2022

AÇÕES MATRIZES	AÇÕES DERIVADAS
Arrecadação de recursos ou execução de serviços	Arrecadação de dinheiro; Assistência técnica rural; Conquista de infra-estrutura; Criação de tecnologias socioterritoriais; Doação de alimentos; Doação de produtos; Mutirão; Reflorestamento.
Festividades, ritos e lazer	Festividades culturais; Turismo da reforma agrária.
Comercialização	Circuitos curtos de comercialização; Mercados institucionais.
Comunicativa	Carta aberta; Entrevista concedida; Documento de formação e informação dos movimentos; Nota de denúncia; Nota de repúdio; Nota de pesar; Ofício.
Deslocamento coletivo	Marcha; Passeata.
Encontro de mediação	Audiência pública; Reunião.
Eventos	Assembleia/Plenária; Campanha; Comitê popular; Encontro; Fórum; Jornada de lutas; Premiação.
Interseccionalidade institucional	Projetos temáticos; Ocupação de cargos públicos ou candidaturas; Organização de audiência pública; Participação em audiência pública.
Judicialização	Audiência; Conquista judicial; Demanda judicial; Derrota judicial; Direito de consulta popular; Orientação jurídica popular; Violência jurídica.



Ocupação	Ocupação de canteiro de obras; Ocupação de espaço público; Ocupação de linha férrea; Ocupação de prédio privado; Ocupação de prédio público; Ocupação de terra; Vigília; Tentativa de ocupação de terra; Retomada.
Produção	Produção de alimentos saudáveis.

Fonte: Organização dos autores (2024). Adaptado de DATALUTA Agrário (2023).

Em relação às ações matrizes e derivadas, estas são compreendidas como:

[...] as ações matrizes estão associadas às dimensões dos espaços e/ou territórios, como dimensão econômica, política, cultural, ambiental, social; as ações derivadas estão associadas aos desdobramentos dessas dimensões, como produção, lutas, disputas, educação, saúde, músicas, literatura, eventos, políticas públicas, manifestações, ocupações, negociações etc. (Fernandes; Sobreiro Filho, 2023, p. 350).

O conjunto de informações registradas no *JotForm* é organizado automaticamente pela plataforma em planilha de Excel, onde os dados são conferidos e tratados pelos pesquisadores e pesquisadoras do DATALUTA Agrário, constituindo nosso banco de dados. As informações do banco de dados são utilizadas na elaboração de gráficos, tabelas, quadros e mapas que sintetizam a dinâmica da realidade estudada, possibilitando melhor compreensão das disputas e conflitualidades do campo brasileiro e oferecendo aos pesquisadores recursos de entendimento e acompanhamento das ações dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais agrários.

Resultados e discussão

Os geógrafos responsáveis por elaborar o conceito de movimentos socioespaciais e socioterritoriais foram Fernandes e Martin (2004), que em suas pesquisas já refletiam nesta perspectiva da indissociabilidade entre espaço-território-movimentos, conforme sistematiza Pedon (2009). Em conjunto, ambos os autores produziram o artigo “Movimento Socioterritorial e Globalização: algumas reflexões a partir do caso do MST” (2004). A contribuição de Fernandes e Martin (2004) evidencia a dimensão espacial e a territorial nas ações dos movimentos, utilizando o MST como exemplo e demonstrando como produzem espaços políticos e de enfrentamento, visando a conquista e a permanência nos territórios.

O debate sobre movimentos socioespaciais e socioterritoriais é aprofundado em Fernandes (2005):



Da mesma forma como alguns movimentos produzem e constroem espaços, também se especializam e possuem espacialidades. A produção ou a construção do espaço acontece pela ação política, pela intencionalidade dos sujeitos para a transformação de suas realidades. Os espaços políticos são reproduzidos pelo movimento da ação, constituindo a espacialização. Os conteúdos desses espaços são manifestados por suas inferências: a espacialidade e a espacialização são propriedades do espaço em seu movimento. Do mesmo modo que alguns movimentos transformam espaços em territórios, também se territorializam e são desterritorializados e se reterritorializam e carregam consigo suas territorialidades, suas identidades territoriais constituindo uma suprateritorialidade. A transformação do espaço em território acontece por meio da conflitualidade, definida pelo estado permanente de conflitos no enfrentamento entre as forças políticas que procuram criar, conquistar e controlar seus territórios. A criação ou conquista de um território pode acontecer com a desterritorialização e com a reterritorialização. Os territórios se movimentam também pela conflitualidade. O território é espaço de vida e morte, de liberdade e de resistência. Por essa razão, carrega em si sua identidade, que expressa sua territorialidade (Fernandes, 2005, p. 30).

Segundo Pedon (2009), o pensamento elaborado por Fernandes e Martin (2004) e Fernandes (2005) são componentes importantes de uma abordagem socioterritorial, que compreende um conjunto maior de questões que envolvem o desenvolvimento da sociedade e sua relação com o território. Nesse ínterim, os movimentos socioterritoriais constituem um elemento orgânico dessa abordagem (Pedon, 2009). Vale ressaltar que há uma diferença teórica entre movimento socioespacial e socioterritorial, sendo diferenciados pelos processos geográficos em que se produzem.

Os movimentos socioespaciais são mediadores do espaço, disputando suas dimensões sem, necessariamente, depender de um território material. Tais movimentos são reivindicadores de direitos e políticas públicas, representando interesses coletivos gerais ou populações específicas. Já os movimentos socioterritoriais só existem a partir da apropriação do espaço e da conquista dos territórios e, por meio destes, disputam projetos políticos e modelos de desenvolvimento econômico e social (Fernandes, 2005).

Os movimentos socioespaciais possuem como trunfo o espaço geográfico em todas as suas dimensões: política, econômica, ambiental, cultural etc. Suas ações visam a conquista e a efetivação de direitos, a emancipação social de sujeitos marginalizados, o desenvolvimento de relações harmônicas com a natureza etc. Para tal, esses movimentos produzem espaços políticos e constroem estratégias de mediação e negociação de interesses. Exemplos de movimentos socioespaciais são os movimentos ambientalistas, movimentos negros, movimentos LGBTQIA+, movimentos feministas, movimentos estudantis (Halvorsen; Fernandes; Torres, 2021). Em alguns momentos ou contextos a depender da forma de atuação, esses movimentos



também podem se constituir como movimentos socioterritoriais, ou seja, por meio do engendramento de ações de apropriação e controle do espaço com o objetivo de promoverem seus projetos políticos eles podem se transformar em movimentos socioterritoriais.

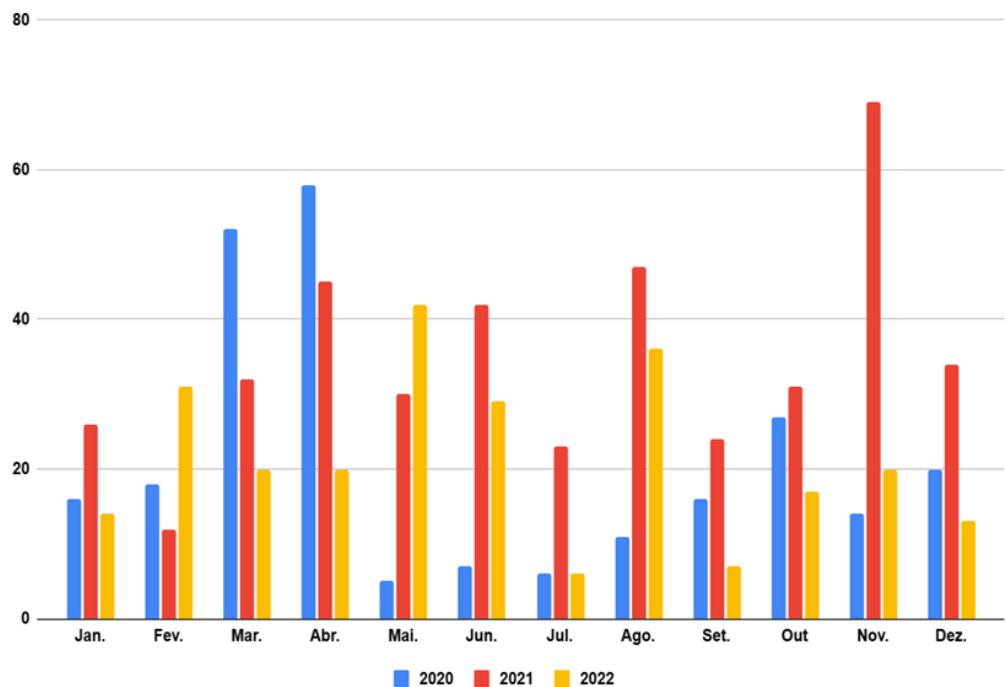
Já os movimentos socioterritoriais dependem da produção do território como objetivo central de suas estratégias de lutas e de reprodução social. O território é espaço político construído como local do confronto entre modelos de desenvolvimento. É pela conquista e/ou produção do território que os movimentos constroem suas identidades e materializam suas existências. Como apontam Halvorsen, Fernandes e Torres (2021, p. 29): “Os movimentos socioterritoriais não são apenas produzidos por ocupações de terra, mas incluem qualquer tentativa de apropriação e controle do espaço com o objetivo de promover um projeto político”. Segundo Fernandes (2005), exemplos de movimentos socioterritoriais são os movimentos camponeses, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores etc.

O recorte do presente artigo é analisar as ações dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais atuantes no campo brasileiro, entre 2020 e 2022. A partir da metodologia utilizada para o levantamento e sistematização das ações dos movimentos, obtivemos resultados que nos permitem realizar uma análise nacional. Em termos quantitativos, os registros de 2020 a 2022 somam um conjunto de 941 dados relacionados às ações dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais, como apresentamos no Gráfico 1.

O ano com maior número de registro das ações dos movimentos foi 2021, somando 430 e representando 45,70% da base de dados. Em seguida, temos 2022 e 2020, com, respectivamente, 266 (28,26%) e 245 (26,03%) registros. A partir do Gráfico 1, também observamos que o mês de maior atuação dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais foi abril, com 130 ações registradas entre 2020 e 2022.



Gráfico 1 – Brasil: número de ações dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais por mês (2020-2022)



Fonte: Organização dos autores (2024). Adaptado de DATALUTA Agrário (2023).

O mês de abril representa um período de luta importante na agenda política dos movimentos agrários, conhecido como “Abril Vermelho”, período no qual os movimentos homenageiam a memória dos camponeses assassinados no massacre de Eldorado do Carajás⁵. Durante o Abril Vermelho, as ações dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais reafirmam a luta pela reforma agrária por via de ações coletivas em todo país, destacando-se as ocupações de terra e manifestações em centros urbanos importantes, como capitais estaduais e na capital federal, Brasília - DF. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se destaca como um dos movimentos mais atuantes durante o período de Abril Vermelho.

Os meses de março e maio também merecem destaque, somando, respectivamente, 106 e 80 ações registradas. Atribuímos esse resultado ao fato de que março é o mês anterior a abril e maio é posterior. Identificamos que algumas ações dos movimentos são iniciadas antes de abril e também são terminadas após o final do mês, no entanto, carregam as pautas do Abril Vermelho, a resistência camponesa, a luta pela reforma agrária e demais reivindicações que constituem as suas agendas.

⁵O Massacre de Eldorado do Carajás refere-se ao momento em que a Polícia Militar do Pará fortemente armada fez um ataque a uma manifestação pacífica de 1.500 famílias Sem Terra, assassinando 21 trabalhadores rurais e deixando outras 69 pessoas mutiladas, em 17 de abril de 1996, no município de Eldorado do Carajás, Pará.

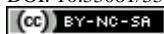
No mês de novembro de 2021, observamos grande volume de ações dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais, sendo registradas 73 ações em um único mês, maior número de todo o período. Para fins de análise, foram observadas as definições das finalidades das ações, sendo estas: reivindicativas, sofridas, propositivas, conquistadas e defensivas. Pode-se observar então que destas, 31 são propositivas, envolvendo doação de alimentos, reuniões, passeatas e festividades; 21 têm um caráter reivindicativo, marcado por bloqueio de vias, passeatas, notas e ocupações; 17 estão relacionadas às ações sofridas, sobretudo aquelas de judicialização, que envolvem despejos, reintegração de posse e prisões de camponeses; também 17 ações conquistadas relacionadas a premiações, projetos, arrecadação de recursos e acesso à terra, seguidas de 9 ações defensivas, dentre elas entrevistas concedidas, ocupações de prédios públicos e audiências.

Quando analisamos as atuações dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais, o MST novamente destaca-se com 36 ações registradas, representando 49.31% em novembro de 2021, sendo que as ações foram diversas entre ocupações, doação de alimentos, vigília, conquista de infraestrutura, demonstrando as diversas estratégias de resistência dos movimentos e o quanto estes conseguem criar políticas contenciosas (Sobreiro Filho; Costa, 2022). Como exemplo, temos a notícia de 29 de novembro de 2021, vinculada ao portal Brasil de Fato, onde observamos o impacto destas políticas criadas pelos movimentos, em que uma agroindústria de processamento de leite atenderá 28 famílias camponesas.

Famílias do acampamento Recanto da Natureza, em Laranjeiras do Sul, região centro do Paraná, inauguraram na sexta-feira (26) uma agroindústria de processamento de leite. O empreendimento tem capacidade de processar 600 litros de leite por dia e vai iniciar atendendo as demandas de 28 famílias da própria comunidade e do assentamento Passo Liso, vizinho ao acampamento (Brasil de Fato, 2021).

Com importante relevância no mês de novembro de 2021, temos a participação de 23 ações do movimento quilombola, contribuindo com a agenda da consciência negra, mas de outras ações como arrecadação de recursos, ocupação e eventos. Pode-se concluir que as lutas dos camponeses, sobretudo do MST e do movimento negro, protagonizada pelos quilombolas, deram condições para que o mês de novembro de 2021 fosse este mês com maior número de ações. Período também que foi marcado pela retomada de reintegração de posse, que haviam sido suspensas judicialmente durante o ápice da pandemia.

Em relação ao registro dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais atuantes entre 2020 e 2022, temos um total de 223 movimentos identificados, territorializados tanto nacional



quanto localmente. Pelo grande volume de dados produzidos com nossa metodologia no DATALUTA Agrário, consideramos pertinente apresentar somente os movimentos com maior territorialização nacional, como demonstramos com o Quadro 3. O critério utilizado para produção do Quadro 3 foi a identificação de movimentos que realizaram ações em cinco ou mais estados brasileiros no período de análise proposto.

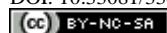
Quadro 3 – Brasil – Movimentos Socioespaciais e Socioterritoriais por UF's (2020-2022)

Nº	SIGLA	NOME DO MOVIMENTO SOCIOESPACIAL OU SOCIO TERRITORIAL	UFS
1	MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	DF, RJ, RS, PA, CE, PB, MG, SP, RN, AL, ES, MA, SC, RO, PR, BA, MS, PI, TO, GO, BA, PE, SE
2	CPT	Comissão Pastoral da Terra	PA, DF, MA, RO, AL, TO, MT, RS, MG, DF, MS, RS, BA, AM, RO, PE
3	MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens	AL, MG, PA, DF, CE, RS, SP, TO, SC, BA, RO, MA, ES
4	CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos	PA, ES, DF, PR, RJ, BA, MA, SP, DF, PE
5	MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores	DF, RS, SP, ES, PI, MA, SE, RO, RJ, PR
6	MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto	AL, MG, PA, RJ, RO, SP, MS, RS, DF
7	LPJ	Levante Popular da Juventude	DF, PA, CE, RS, MG, SP, CE, PB, GO
8	FNL	Frente Nacional de Lutas	AL, DF, RN, MS, SP, MA, MG, PR

Fonte: Organização dos autores (2024). Adaptado de DATALUTA Agrário (2023).

A partir do Quadro 3, verificamos a atuação de 22 movimentos socioespaciais e socioterritoriais com ações realizadas em cinco ou mais estados brasileiros, entre 2020 e 2022. O MST foi o movimento socioterritorial com maior territorialização em escala nacional, com ações identificadas em 23 estados do Brasil. Em seguida, temos a CPT, o MAB e a CONAQ, com ações realizadas em, respectivamente, 16, 13 e 10 estados brasileiros. Os demais movimentos do Quadro tiveram ações territorializadas entre 9 e 5 estados.

Compreendemos que os territórios dos movimentos são organizados em diversas escalas, como, por exemplo, os do MST, formado pela articulação de diversos territórios locais espalhados pelo Brasil, unificados por projetos de desenvolvimento e modelo comum de



sociedade e nação (Fernandes, 2009), que são multidimensionais, já que a política é inseparável da economia, das relações culturais, sociais e ambientais (Sobreiro Filho, 2016).

Partindo do Quadro 3, também observamos a diversidade de movimentos socioespaciais e socioterritoriais atuantes no campo brasileiro entre 2020 e 2022, compreendendo movimentos camponeses, movimentos indígenas, movimentos quilombolas, movimentos de atingidos por empreendimentos, como mineração e barragens, movimento de juventudes etc. Segundo Soares do Bem (2006).

Os movimentos sociais são os indicadores mais expressivos para a análise do funcionamento das sociedades. Traduzem o permanente movimento das forças sociais, permitindo identificar as tensões entre os diferentes grupos de interesses e expondo as veias abertas dos complexos mecanismos de desenvolvimento das sociedades. Em cada momento histórico, são os movimentos sociais que revelam, como um sismógrafo, as áreas de carência estrutural, os focos de insatisfação, os desejos coletivos, permitindo a realização de uma verdadeira topografia das relações sociais [...] eles permitem, de fato, o conhecimento do modelo de sociedade dentro da qual se articulam, cujas feridas se tornam, por intermédio deles, materialmente visível (Soares do Bem, 2006, p. 1138).

Em relação aos outros 203 movimentos socioespaciais e socioterritoriais atuantes no campo brasileiro, que não foram apresentados no Quadro 3, suas ações foram identificadas em menos de cinco estados. São movimentos, cooperativas, associações e sindicatos locais e/ou estaduais, em alguns casos, com organizações macrorregionais, articulados para reivindicar políticas públicas para as comunidades às quais representam, disputando modelos de desenvolvimento alternativos para o campo partindo de sua escala de ação, interesses e intencionalidades.

Como exemplos desse tipo de movimentos, temos a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), organizada na região Nordeste, a Federação dos Produtores Rurais e Associação Cooperativista do Acre e do Sul do Amazonas (FACEASA), articulando camponeses em dois estados específicos da região Norte, a Cooperativa dos Trabalhadores Assentados na Região de Porto Alegre (COOTAP), com ações restritas a um único município de Rio Grande do Sul (RS), etc. Para representar o conjunto das 941 ações realizadas por todos os movimentos socioespaciais e socioterritoriais identificados em nossa pesquisa, consideramos imprescindível a produção de um mapa (Figura 1), espacializando as ações dos movimentos em escala nacional entre o período de 2020 - 2022.

A partir da Figura 1, observamos que a maior concentração das ações dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais agrários se realizou na capital do país, Brasília (DF).



Compreendemos que Brasília é um espaço estratégico para ação dos movimentos, tendo em vista centralidade e escala na política nacional. Identificamos diversos protestos em frente aos Ministérios Federais, sobretudo ao Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e demais Instituições Públicas relevantes à gestão e organização das demandas do campo brasileiro.

Compreendemos que tais ações aconteceram nesse período como forma de reivindicação contra os desmontes de diversas políticas públicas, parte do processo de erosão democrática em curso desde o início do Governo Bolsonaro (2019-2022). Além dos protestos, Brasília (DF) também se estende como o espaço de diversas reuniões e diálogos entre representantes do poder público e dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais na disputa de políticas públicas às comunidades do campo.

Essas estratégias são mobilizadas pelo movimento a fim de tentar resolver questões relacionadas ao acesso à terra no Brasil. Em nota, o MST enfatiza a necessidade da reforma agrária: “Queremos o direito de ir e vir garantido pela Constituição e também queremos que o Governo do Distrito Federal aponte uma área para assentar essas 300 famílias que estão lutando pelo seu direito à terra” (Brasil de fato, 2022).

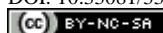
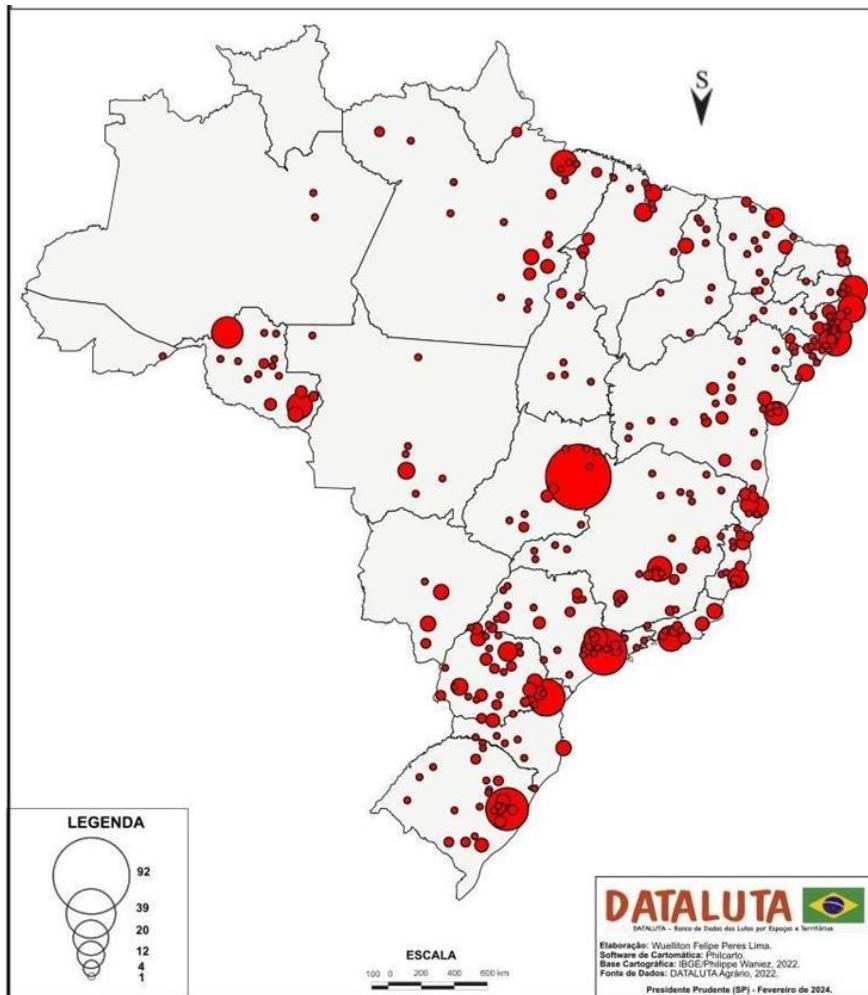


Figura 1 – Geografia dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais atuantes no campo (2020 – 2022)



Fonte: Organização dos autores (2024). Adaptado de DATALUTA Agrário (2023).

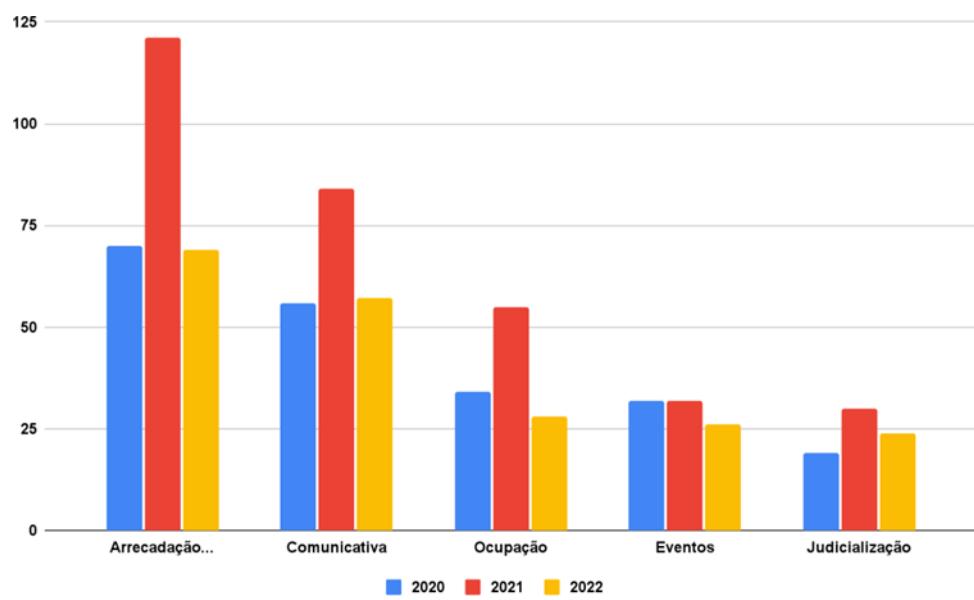
O mapa também destaca a atuação dos movimentos nas capitais, com centralidade para São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. Nas três capitais, várias foram as ações realizadas pelos movimentos, desde denúncia e protestos contra os agrotóxicos, ocupações de terra, até as doações de alimentos. A ampla espacialização das ações realizadas pelos movimentos socioespaciais e socioterritoriais agrários representam a territorialização das disputas no campo, em diferentes frentes de luta que, consequentemente, se materializam na diversidade de ações dos repertórios dos movimentos (Tilly; Wood, 2010).

O repertório das ações dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais atuantes no campo entre 2020 e 2022 foi diversificado, abrangendo ações de produção, comercialização, deslocamentos coletivos, ocupações, ações comunicativas, judicialização etc., como apresentamos no Quadro 2, com as ações matrizes e derivadas utilizadas em nossa pesquisa.

Devido ao grande volume de ações identificadas nos 941 dados da pesquisa, decidimos apresentar as 5 ações predominantes realizadas pelos movimentos, partindo da categoria “Ações Matrizes”, como apresentamos no Gráfico 2.

As ações relacionadas com a categoria de Arrecadação de recursos ou execução de serviços se destacam, contando com 260 ações. Em seguida, temos as ações comunicativas, abrangendo um total de 197 dados. Em terceiro e quarto, respectivamente, temos as ações de ocupação e de realização de eventos, com 117 e 90 dados cada. E, por fim, as ações de judicialização, compreendendo um total de 73 dados. No total, essas cinco principais ações matrizes somam 737 dados, portanto, no período analisado, estas foram as principais estratégias de luta e resistência dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais atuantes no campo. Vamos analisar com maior ênfase as três principais ações.

Gráfico 2 – Brasil: Principais ações realizadas pelos movimentos socioespaciais e socioterritoriais por mês (2020–2022)



Fonte: Organização dos autores (2024). Adaptado de DATALUTA Agrário (2023).

Em relação a ação matriz de Arrecadação de Recursos ou Execução de Serviços, observamos uma predominância das ações derivadas de solidariedade, sendo a doação de alimentos o destaque, com 126 ações registradas. Atribuímos esse resultado ao contexto pandêmico vivenciado no Brasil e a inabilidade do governo federal do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022) em lidar com as emergências sociais, dentre elas a fome. Dessas 126 ações de doações de alimentos, observamos que o MST emerge novamente como importante protagonista dessa tipologia de ação, com 102 dados.

Como debatem Machado, Jorge e Fernandes (2022), durante o período de pandemia, o MST assumiu papel fundamental no combate à fome em todo o Brasil, com ações de doação de alimentos, levando toneladas de alimentos saudáveis e nutritivos a famílias em situação de vulnerabilidade nas comunidades carentes, garantindo sua segurança alimentar e nutricional. É importante ressaltar que uma das ações de solidariedade do movimento, o Projeto “Mãos Solidárias”, foi recentemente premiada pela Organização das Nações Unidas (ONU), reconhecendo sua relevância com o Pacto Contra Fome, uma premiação organizada pela UNESCO e pela FAO (Brasil de Fato, 2023).

Já em relação à categoria de ação matriz comunicativa, verificamos a predominância da ação derivada nota de repúdio, com 92 dados. Compreendemos que a ação matriz comunicativa abrange o conjunto de estratégias com o objetivo de transmitir informações relacionadas às agendas de lutas, enfrentamentos e proposições dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais. A predominância das notas de repúdio no DATALUTA Agrário demonstra uma tática dos movimentos de expressar sua insatisfação com algo, onde observamos que há uma acentuada indignação dos movimentos em relação às políticas do governo federal, sobretudo em relação às estratégias de cuidado com os impactos da pandemia.

O movimento com maior destaque na realização e/ou na participação das notas de repúdio foi, novamente, o MST, com 79 dados. As notas de repúdio são ações que permitem a articulação de diversos movimentos, organizados para demonstrar sua insatisfação completa e/ou parcial em relação a algo. Por exemplo, temos em 2020 a nota de repúdio conjunta de 16 organizações da sociedade, dentre elas o MST, demonstrando sua insatisfação e denunciando veementemente a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 80/2019 e a Medida Provisória (MP) 910/2019. São medidas parlamentares que tratam, respectivamente, da praticamente eliminação de dois componentes constitucionais da função social da terra, sendo elas a social e a ambiental, e a MP busca criar mecanismos jurídicos para legalizar a criminalidade ambiental e a grilagem de terras (Brasil de Fato, 2020).

E, por fim, temos a categoria de ação matriz Ocupação, na qual observamos que duas ações derivadas se destacam, sendo elas a ocupação de terras, com 34 dados, e a ocupação de prédios públicos, com 25 ações, onde ambas somam 59. As ocupações são um tipo de ação já consolidado no repertório de ações dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais atuantes no campo, sobretudo por sua eficaz capacidade de chamar a atenção da sociedade para uma determinada temática, como a luta pela terra, como bem demonstrou Fernandes (2008), ou como forma protesto e manifestação contra ações dos governos, empresas e demais instituições.



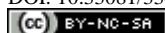
O movimento que apresenta maior realização e/ou participação nas ações de ocupação de terra e ocupações de prédios públicos é, novamente, o MST, com 43 dados. É interessante observar como a pandemia afetou diretamente as agendas de ocupações dos latifúndios improdutivos e terras griladas realizadas pelo movimento, devido às recomendações internacionais da Organização Mundial da Saúde (OMS) de isolamento social, não aglomerações e uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI). Em 2020, observamos ocupações de terra e de prédios públicos até março, mês de declaração oficial da pandemia do novo coronavírus. Após essa data, não obtivemos registros de novas ocupações de terras e de prédios públicos.

Durante o ano de 2021, observamos que os movimentos socioespaciais e socioterritoriais retomaram sua agenda de ocupação de terras, de forma reduzida tanto em relação ao número de fazendas ocupadas quanto em relação às famílias ocupantes. Temos informações sobre ocupações realizadas na Bahia, município de Andaraí, no latifúndio da Fazenda Bela Vista e, também, em Mirante do Paranapanema, município do estado de São Paulo, na Fazenda Santa Cruz do Kurata.

No decorrer de 2021, também observamos a gradual retomada de ocupações em prédios públicos, como forma de protesto e manifestação da indignação da população em relação às políticas do governo de Jair Bolsonaro e decisões judiciais, como reintegrações de posse e despejo de famílias acampadas. Os principais espaços de ocupação do movimento são as sedes de instituições públicas, como o INCRA. Em São Paulo capital, por exemplo, o MST e outras organizações ocuparam a sede INCRA contra o despejo ilegal de mais de 400 famílias que estavam acampadas no território da ocupação Marielle Vive.

Já em 2022, verificamos o aumento de dados relacionados às ações de ocupações de terra, onde o estado da Bahia se sobressai. Na Bahia, temos informações que o MST ocupou áreas improdutivas em quatro municípios, sendo eles Maracás, Piritiba, Guaratinga e São Sebastião. O caso de Piritiba é particularmente interessante, devido ao fato de que a ocupação do movimento foi uma resposta a um despejo ilegal sofrido no dia 15 de agosto e, em 19 deste mesmo mês, as famílias reocuparam a área, retomando as atividades agrícolas agroecológicas e a construção das moradias.

Também observamos que a ocupação de prédios públicos para fins de protestos e manifestações obteve avanços significativos em relação a 2020 e 2021. Na capital do estado de Alagoas, município de Maceió, por exemplo, temos informação sobre uma ocupação na frente da prefeitura local, onde a juventude organizada do MST reivindicava maior atenção da



instituição em relação ao crime socioambiental já em curso pelo descaso da petroquímica Braskem, onde suas atividades mineradoras provocou o afundamento de quatro bairros da cidade.

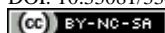
Recentemente, no final de 2023, observamos o aprofundamento do crime provocado pela irresponsabilidade da Braskem, onde diversas famílias tiveram de abandonar suas casas pelo deslocamento do solo, chegando a afundar 62,4 cm por dia, entre 30 de novembro e 01 de dezembro de 2023, como afirma a Defesa Civil (Rodrigues, 2023). Portanto, verifica-se o importante papel dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais nas denúncias, chamando a atenção da sociedade e do poder público para pontos importantes, envolvendo a segurança das comunidades e da natureza.

Considerações finais

Como elemento seminal, a pesquisa militante revela um importante comprometimento com os movimentos socioespaciais e socioterritoriais, mas como pressuposto disto, requer um rigor metodológico-científico; para isso, em todos os procedimentos, desde a seleção e definição das palavras-chave, nas definições dos movimentos, na sistematização do dado em tabelas, quadros, mapas e gráficos nas mais diferentes escalaridades, pensa-se na importância da pesquisa para compreender a complexidade dos movimentos e suas ações, dando subsídio para novas análises ainda mais aprofundadas.

Ao analisar os dados de 2020 a 2022, os quais já foram consolidados pelo DATALUTA, temos que os movimentos socioespaciais e socioterritoriais, mesmo diante de uma crise primeiramente sanitária, mas também política, mantiveram suas ações coletivas, tendo como ano de maior atuação, 2021, quando as medidas sanitárias tiveram uma diminuição, mas os problemas socioeconômicos encontravam-se evidentes, e em que as doações de alimentos estiveram presentes desde os movimentos agrários, protagonizados sobretudo pelo MST.

O MST aparece como movimento com maior atuação, tanto em quantidade de ações, quanto na espacialidade, estando presente em 23 estados, demonstrando sua capacidade de articular resistências em torno de um projeto de país, diferente do que foi dado pelo Governo do então Presidente Jair Messias Bolsonaro. Cabe ressaltar que os meses de abril e novembro tiveram destaque nas ações, pois temos em abril, desde os movimentos camponeses, o “Abril



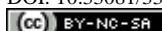
Vermelho”, mês de luta em todo o país, e em novembro o mês de luta do movimento negro e seus aliados.

Estes dados possibilitam análises do agrário que tenham a raça como elemento, que ainda são ínfimas ao observar as revistas científicas e anais de eventos da área. Os dados apresentados demonstram a importância dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais para a sociedade quando apresentam, por meio das diversas pautas e seus repertórios de ações, um projeto diferente do governo deste período, defendendo um projeto de solidariedade, do esperançar, um projeto que inclua todas as pessoas.

Por fim, os aportes metodológicos apresentados pelo DATALUTA Agrário dão condições de compreender as ações dos movimentos, ao trazer à superfície a atuação dos movimentos de maneira sistematizada, sempre prezando o rigor metodológico. Trazendo suporte para análises e replicações em outros territórios, ponto fundamental que deu base para a territorialização do banco de dados DATALUTA pela América Latina e pelo mundo.

Agradecimentos

Agradecemos a todos os pesquisadores e pesquisadoras da REDE DATALUTA, com especial menção a equipe do DATALUTA Agrário, a construção deste artigo não seria possível sem o árduo trabalho de levantamento e sistematização realizado por toda equipe. Além disso, agradecemos também ao apoio e financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo (FAPESP), pelo financiamento da pesquisa do primeiro autor, processo nº 2024/09458-4; ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de Produtividade Nível PQ-2 da segunda autora, processo nº 302842/2022-5.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. A.; SANTOS, L. L. M.; BARATELLI, A. E. Tempo e espaço na leitura das ações dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais. **Boletim Dataluta**, [s. l.], v. 16, n. 181, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/BD/article/view/52732>.

ENTIDADES alertam para quebra constitucional de projetos que alteram o uso da terra. **Brasil de Fato**, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/03/08/entidades-alertam-para-quebra-da-ordem-constitucional-da-pec-80-2019-e-mp-910-2019>. Acesso em: 15 de fev. de 2024.

MST inaugura agroindústria de processamento de leite no Paraná. **Brasil de Fato**, 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/11/29/mst-inaugura-agroindustria-de-processamento-de-leite-no-parana#:~:text=Empreendimento%20fica%20no%20acampamento%20Recanto%20da%20Natureza%20em%20Laranjeiras%20do%20Sul&text=Fam%C3%A9lia%20do%20acampamento%20Recanto%20da,agroind%C3%A9stria%20de%20processamento%20de%20leite>. Acesso em: 6 fev. 2024.

MST denuncia ameaças e incêndios em área próxima a ocupação no Distrito Federal. **Brasil de Fato**, 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/05/04/mst-denuncia-ameacas-e-incendios-em-area-próxima-a-ocupacao-no-distrito-federal>. Acesso em: 6 fev. 2024.

AÇÃO do MST criada na Pandemia, Mãos Solidárias recebe prêmio Pacto Contra a Fome da ONU. **Brasil de Fato**, 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/10/26/acao-do-mst-criada-na-pandemia-maos-solidarias-recebe-premio-pacto-contra-a-fome-da-onu>. Acesso em: 7 de fev. de 2024.

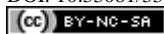
FERNANDES, B. M.; MARTIN, J. Y. Movimento socioterritorial e “globalização”: algumas reflexões a partir do caso do MST. **Lutas Sociais**, v. 12, 2004.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos. **Revista Nera**, ano. 8, n. 6 p. 24-34, 2005.

FERNANDES, B. M. 27 anos do MST em luta pela terra. In: FERRANTE, V. L. S. B.; WHITAKER, D. C. A. (org.). **Reforma Agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília, DF: MDA; São Paulo: UNIARA, 2008. p. 27-52.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 197-215.

FERNANDES, B. M., SOBREIRO FILHO, J. Teoria dos Movimentos Socioterritoriais e Socioespaciais. In: SPOSITO, E. S.; CLAUDINO, G. S. (org.). **Teorias na Geografia: mundos possíveis**. Rio de Janeiro: Consequência, 2023. p. 335-363.



RODRIGUES, C. Área de mina em Maceió afunda 13 cm nas últimas 24 horas; ritmo de deslocamento do solo diminui. **G1**, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/arquivo/noticia/2023/12/02/area-de-mina-em-maceio-tem-mais-um-tremor-de-terra-mas-velocidade-da-movimentacao-do-solo-cai.ghtml>. Acesso em: 7 de fev. 2024.

HALVORSEN, S.; FERNANDES, B. M. TORRES, F. V. Movimentos Socioterritoriais em Perspectiva Comparada. **Revista NERA**, v. 24, n. 57, p. 24-53, 2021.

LIMA, W. F. P. et al. Critérios de seleção das notícias para a base de dados do DataLuta: movimentos socioespaciais e socioterritoriais agrários. **Boletim DataLuta**, v. 18, n. 190, 2025.

MACHADO, A. dos S.; JORGE, A. A.; FERNANDES, B. M. Pandemia, ações de solidariedade do MST e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. **Revista Campo-Território**, v. 17, n. 47, p. 155-178, 2022. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/66005>. Acesso em: 15 fev. 2024.

MOURA, J. T.V. de; ALMEIDA, F. F.; MARTINS, L. A. A radicalização do conservadorismo no campo: uma análise das ações sofridas pelos movimentos socioterritoriais no Brasil (2020-2022). **Terra Livre**, v. 2, n. 61, p. 604-638, 2024.

PEDON, N. R. **Movimentos socioterritoriais**: uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica. 2009. 235 f. Teses (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2009.

PORTE-GONÇALVES, C. W. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina. In: SEONE, José (org.). **Movimientos sociales y conflictos en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2003.

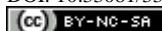
SOARES DO BEM, A. A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o Estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX. **Educ. Soc.**, v. 27, n. 97, p. 1137-1157, 2006.

SOBREIRO FILHO, J. **Contribuição à construção de uma teoria geográfica sobre movimentos socioespaciais e contentious politics**: produção do espaço, redes e lógica-racionalidade espaço-temporal no Brasil e Argentina. 2016. 440 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016.

SOBREIRO FILHO, J.; COSTA, B. G. As políticas contenciosas dos movimentos socioterritoriais na Amazônia Legal: ensaio geográfico a partir do DATALUTA Floresta. In: CASTRO C. E de et al. (org.). **Geografias fora do eixo**: por outras geografias feitas com práxis territoriais. Londrina: Liberdade; EDUEMA, 2022. p. 205-229.

SVAMPA, M. **Protesta, movimientos sociales y dimensiones de la acción colectiva en América Latina**. 2009. Disponível em: <https://maristellasvampa.net/archivos/ensayo57.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2025.

TILLY, C.; WOOD, L. **Los movimientos sociales**: 1768-2008. Barcelona: Crítica, 2010.



Acesso em: 10 set. 2024.

